

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
UBERLÂNDIA/MG****AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO****TIPO 2 - VERDE****MATERIAIS**

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
  - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
  - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.




Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

**PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA**

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

**TÉRMINO DA PROVA**

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.
-  Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.
- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



**CARGO: AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Gramática com sabor: “vende frango-se” e uma possível representação das passivas sintéticas no português popular**

Entre placas de mercados e anúncios improvisados, as frases “vende frango-se” e “forra banco-se” surgem como exemplos fascinantes de como a linguagem pode se adaptar às necessidades práticas do cotidiano. O deslocamento do “-se” para depois do sujeito paciente, embora desafie as regras da gramática padrão, cumpre com a missão essencial da linguagem: comunicar. Mas o que essa inversão revela? Mais do que um simples “erro gramatical”, essa construção é, na verdade, um reflexo de criatividade linguística e funcionalidade.

Na gramática normativa, a partícula “-se” deve estar diretamente conectada ao verbo, como em “vende-se frango”. Essa configuração caracteriza a voz passiva sintética no português, em que o verbo e o pronome (no caso, “vende-se”) formam uma unidade gramatical que expressa uma ação sem agente explícito – na qual o sujeito (no exemplo, “frango”) é, semanticamente, paciente da ação. Na construção “vende frango-se”, essa unidade é rompida, com o sujeito paciente, “frango”, deslocado para uma posição imediatamente após o verbo.

Esse deslocamento serve a uma função pragmática clara: prioriza o elemento a ser vendido como central da mensagem, conferindo-lhe maior visibilidade e destaque. A estrutura é particularmente eficaz em contextos informais, como anúncios de venda, em que a clareza e a rapidez da comunicação são essenciais. Apesar de se afastar da norma tradicional, a frase mantém a impessoalidade característica da voz passiva por meio da partícula “-se”, que continua a desempenhar sua função gramatical.

Embora a construção seja funcional no contexto específico, é importante observar que ela representa uma adaptação que rompe com a sequência esperada da voz passiva sintética. Essa inversão é atípica em registros formais e compromete sua aceitabilidade, em que a ordem normativa “verbo-se” auxilia na decodificação mais sistemática da mensagem. No entanto, em cartazes informais, essa inversão emergente cumpre sua função comunicativa ao destacar o elemento de maior interesse: o produto ou serviço oferecido.

Portanto, a frase “vende frango-se” demonstra como a organização sintática pode ser ajustada para atender a demandas pragmáticas específicas, sem comprometer a funcionalidade ou a clareza, desde que o contexto seja apropriado. Trata-se de um exemplo de como o uso da língua pode flexibilizar-se para alcançar objetivos comunicativos específicos, ainda que se afaste da norma-padrão.

Por trás dessa inversão está uma questão ainda mais interessante: a voz passiva sintética, usada em “vende-se frango”, pode não ser uma estrutura produtiva na língua falada. Longe dos anúncios comerciais (“aluga-se”, “compra-se” etc.), ela soa artificial, distante, e tende a ser substituída na fala cotidiana por formas mais naturais aos falantes de português brasileiro, como “vende frango aqui” ou até “tem frango pra vender”. Essa preferência por construções diretas pode explicar por que, em contextos informais de escrita, o uso da norma-padrão se desdobra em adaptações criativas.

A dificuldade em internalizar a passiva sintética na fala pode ser um dos motivos pelos quais sua aplicação na escrita informal é frequentemente ajustada. Nesse caso, “vende frango-se” não seria um “erro”, mas uma adaptação da língua às formas mais intuitivas e funcionais de comunicação. Isso sugere que a variante culta pode estar perdendo vitalidade em contextos práticos, afinal, a norma não é um objetivo em si mesma, mas um conjunto de ferramentas que, aqui, cede espaço à criatividade.

A norma gramatical pode até ser uma estrada asfaltada, mas a língua popular prefere pegar atalhos. Enquanto as regras tradicionalistas insistem na “correção”, a fala das ruas faz o que precisa ser feito: comunica-se, funciona e segue em frente.

No fim das contas, “vende frango-se” é mais do que uma frase curiosa ou um exemplo de gramática alternativa. É uma celebração da língua como um organismo vivo, flexível e profundamente humano. Ao desafiar a norma-padrão, ela nos convida a repensar o que é considerado “certo” ou “errado” na linguagem e a reconhecer que as regras existem para servir à comunicação, e não o contrário.

Entre o rigor da gramática e a simplicidade das placas improvisadas, fica claro que a criatividade é o que mantém a língua vibrante. O frango vendido na esquina e a estrutura que o anuncia são, juntos, um lembrete de que a verdadeira riqueza linguística está na diversidade – e que a norma é apenas uma das muitas possibilidades da linguagem.

*(Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/gramatica>. Acesso em: julho de 2025. Adaptado.)*



### Questão 01

Considerando as regras de concordância verbal da norma culta escrita para construções com sujeito indeterminado e com voz passiva sintética, assinale a alternativa em que o verbo foi INCORRETAMENTE flexionado na terceira pessoa do plural na frase redigida a partir do texto.

- A) Tratam-se de dois exemplos.
- B) Compram-se veículos usados.
- C) Forram-se bancos com tecido.
- D) Alugam-se quartos mobiliados.

### Questão 02

Assinale a alternativa cuja reescrita, nos colchetes, da expressão em destaque mantém a correção gramatical quanto ao emprego da regência e do acento indicativo de crase.

- A) “[...] *estar diretamente conectada ao verbo, como em ‘vende-se frango’.*” (2º§) [ligada a preposição].
- B) “[...] *um conjunto de ferramentas que, aqui, cede espaço à criatividade.*” (7º§) [dá lugar à uma ideia].
- C) “[...] *as regras existem para servir à comunicação, e não o contrário.*” (9º§) [dedicar-se àquele projeto].
- D) “[...] *pode ser ajustada para atender a demandas pragmáticas específicas, [...]*” (5º§) [obedecer as normas].

### Questão 03

Releia: “[...] *pode ser ajustada para atender a demandas pragmáticas específicas, sem comprometer a funcionalidade ou a clareza, desde que o contexto seja apropriado.*” (5º§). O elemento coesivo destacado sinaliza que:

- A) Um evento acontecerá em determinado intervalo de tempo.
- B) Uma informação se opõe à outra, sem a invalidação de ambas.
- C) Uma condição deve ser satisfeita para que um fato se consume.
- D) Um fato ocorrido antes acarretará uma consequência posterior.

### Questão 04

Com relação à organização textual, as expressões que se referem a “vende frango-se” NÃO incluem:

- A) “a frase” (3º§).
- B) “a estrutura” (3º§).
- C) “a construção” (4º§).
- D) “essa configuração” (2º§).

### Questão 05

A alternativa cujo enunciado NÃO admite transposição para a voz passiva se encontra em:

- A) “Esse deslocamento serve a uma função pragmática clara: [...]” (3º§).
- B) “[...] essa inversão emergente cumpre sua função comunicativa [...]” (4º§).
- C) “[...] a frase mantém a impessoalidade característica da voz passiva [...]” (3º§).
- D) “Essa configuração caracteriza a voz passiva sintética no português, [...]” (2º§).

### Questão 06

Pela leitura do texto, só NÃO é possível confirmar a seguinte informação:

- A) Uma estrutura sintática se adapta à comunicação em diversos contextos.
- B) A linguagem se adequa às demandas sociocomunicativas de seus usuários.
- C) Uma comunicação eficiente é mais importante que a reprodução de regras.
- D) Estruturas improdutivas na fala podem gerar adaptações na escrita popular.

### Questão 07

De acordo com as ideias veiculadas no texto, a frase “vende frango-se” não deve ser considerada “errada” porque:

- A) Expressa uma ação com agente implícito.
- B) Revela um padrão linguístico disfuncional.
- C) Atende a demandas comunicativas práticas.
- D) É uma inovação típica de registros informais.



### Questão 08

O único enunciado que NÃO mantém a impessoalidade é:

- A) "Vendo frango aqui".
- B) "Vende-se frango" (2º§).
- C) "Vende frango-se" (1º§).
- D) "Tem frango pra vender".

### Questão 09

Os advérbios podem ser utilizados como modalizadores discursivos, isto é, servem para indicar a atitude do falante em relação ao conteúdo de sua mensagem. Considerando os advérbios destacados nas passagens a seguir, assinale aquele que expressa a avaliação do enunciador sobre seus próprios posicionamentos no texto.

- A) "O deslocamento do '-se' para depois do sujeito paciente, [...]" (1º§)
- B) "[...] sua aplicação na escrita informal é frequentemente ajustada." (7º§)
- C) "[...] 'vende frango-se' demonstra como a organização sintática [...]" (5º§)
- D) "Por trás dessa inversão está uma questão ainda mais interessante: [...]" (6º§)

### Questão 10

Há passagens do texto que apresentam linguagem conotativa ou metafórica. Assinale a alternativa em que isso NÃO ocorre.

- A) "Ao desafiar a norma-padrão, ela nos convida a repensar [...]" (9º§)
- B) "A norma gramatical pode até ser uma estrada asfaltada, mas [...]" (8º§)
- C) "[...] conjunto de ferramentas que, aqui, cede espaço à criatividade." (7º§)
- D) "[...] a partícula '-se' deve estar diretamente conectada ao verbo, [...]" (2º§)

## RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

### Questão 11

Na empresa de Gilberto, há apenas dois tipos de equipamentos no almoxarifado: *notebooks* e *tablets*. Sabe-se que 60% dos equipamentos são *notebooks* e que 75% dos equipamentos estão destinados ao uso dos setores administrativos. Considerando apenas os equipamentos destinados aos setores administrativos, sabe-se que 40% são *tablets*. Qual é a porcentagem dos equipamentos no almoxarifado que são *notebooks* destinados a setores não administrativos?

- A) 10%.
- B) 15%.
- C) 18%.
- D) 25%.

### Questão 12

Durante uma expedição cicloturística por trilha ecológica, um ciclista percorreu determinado trajeto com distância D em exatas 6 horas, mantendo uma velocidade constante. Em uma nova tentativa, incentivado por condições climáticas mais favoráveis, ele aumentou sua velocidade em 12 km/h e completou o mesmo itinerário em apenas 4 horas. Qual o valor da distância D?

- A) 96 km.
- B) 120 km.
- C) 144 km.
- D) 180 km.

### Questão 13

Durante a audição para um espetáculo teatral, Diana e Lucas estavam entre os 250 candidatos avaliados. Todos foram classificados em ordem de desempenho, do primeiro ao último lugar, sem empates. Na lista final, entre Diana e a pessoa que ficou em 3º lugar, havia exatamente outras 20 pessoas. Já Lucas ficou na 60ª posição, contando a lista de trás para frente (ou seja, da última colocação para a primeira). Quantas pessoas foram classificadas entre Diana e Lucas, excluindo os dois?

- A) 160.
- B) 162.
- C) 164.
- D) 166.



#### Questão 14

Durante a cerimônia de premiação em um festival de cinema independente, os troféus foram sendo entregues seguindo uma ordem numérica curiosa: o primeiro filme recebeu 3 estrelas simbólicas; o segundo recebeu 7; o terceiro recebeu 13; o quarto recebeu 21; o quinto recebeu 31; e assim por diante. Mantendo esse padrão de acréscimo, quantas estrelas simbólicas o oitavo filme premiado recebeu?

- A) 63.
- B) 66.
- C) 69.
- D) 73.

#### Questão 15

Durante uma campanha de arrecadação de alimentos, determinada escola observou que a quantidade de pacotes arrecadados em cada dia aumentava em relação ao dia anterior, sendo 6 pacotes a mais por dia. Ao final do décimo quinto dia, a escola arrecadou o total de 990 pacotes de alimentos. Quantos pacotes de alimentos foram arrecadados somente no décimo quinto dia?

- A) 102.
- B) 104.
- C) 108.
- D) 112.

#### Questão 16

5 entregadoras de aplicativo – Nina, Paula, Rafaela, Sabrina e Tânia – participaram de uma competição de entregas rápidas. Elas saíram ao mesmo tempo, mas terminaram em momentos diferentes. Sabe-se que Sabrina completou todas as entregas antes de Tânia, mas depois de Paula. Além disso, Nina terminou antes de Paula, mas depois de Rafaela. Qual foi a ordem, da que chegou por último à que chegou primeiro, em que elas completaram as entregas?

- A) Tânia; Sabrina; Paula; Nina; e Rafaela.
- B) Sabrina; Paula; Rafaela; Nina; e Tânia.
- C) Tânia; Paula; Sabrina; Nina; e Rafaela.
- D) Tânia; Paula; Nina; Sabrina; e Rafaela.

#### Questão 17

Na Biblioteca Municipal de Nova Esperança, estudantes do ensino fundamental se organizaram em três grupos de estudo: literatura brasileira, ciências naturais e matemática financeira. Após o encerramento das atividades, registrou-se o seguinte:

- 25 alunos participaram do grupo de literatura brasileira;
- 22 alunos participaram do grupo de ciências naturais;
- 19 alunos participaram do grupo de matemática financeira;
- 9 alunos participaram dos grupos de literatura e ciências naturais;
- 7 alunos participaram dos grupos de literatura brasileira e matemática financeira;
- 6 alunos participaram dos grupos de ciências naturais e matemática financeira; e
- 4 alunos participaram dos três grupos de estudo.

Quantos alunos participaram de pelo menos um dos grupos de estudo oferecidos?

- A) 44.
- B) 46.
- C) 48.
- D) 50.

#### Questão 18

Assim que chegou em sua hospedagem, Pedro decidiu organizar suas 9 roupas de verão em cabides. Sabe-se que ele possui 3 regatas, 4 bermudas e 2 camisas, e quer organizar, em uma fileira, todas em grupos por tipo, ou seja, todas as regatas juntas, todas as bermudas juntas e todas as camisas juntas. De quantas formas diferentes Pedro poderá organizá-las no armário, considerando que manterá os tipos agrupados?

- A) 864.
- B) 1.024.
- C) 1.200.
- D) 1.728.



### Questão 19

Cada um de três espiões guarda um único código numérico em cofre individual. Alice interceptou os dados e fez a seguinte pergunta para cada um deles: “qual é a soma dos números armazenados nos cofres dos outros dois?”. As respostas foram:

- Primeiro espião: 37;
- Segundo espião: 34; e
- Terceiro espião: 41.

Qual é a diferença entre o maior e o menor número armazenados nos cofres?

- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 9.

### Questão 20

Eduarda, Fernanda e Gabriela estão visitando a cidade de Ouro Preto. Elas exercem profissões diferentes (médica, professora e dentista) e moram em cidades diferentes (Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre). Sabe-se que:

- Gabriela não é médica e mora em Salvador;
- A dentista mora em Porto Alegre; e
- A médica não é Fernanda.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) Eduarda é professora.
- B) Gabriela não é professora.
- C) Fernanda mora em Porto Alegre.
- D) A professora mora no Rio de Janeiro.

## CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

### Questão 21

Durante a revisão do Plano Municipal de Educação de determinado município, um grupo de parlamentares apresentou proposta para limitar a abordagem de diversidade religiosa e orientação filosófica nas escolas públicas, restringindo a menção a determinadas religiões e ideologias. Em audiência pública, membros da sociedade civil alegaram que tal medida violaria direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal. Com base na situação apresentada e, ainda, segundo o disposto no art. 5º da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) A liberdade de manifestação do pensamento pode ser exercida de forma anônima, caso haja risco à integridade física do manifestante, como forma de proteção.
- B) É admitida a restrição ao livre exercício dos cultos religiosos quando houver risco de disseminação ideológica contrária à ordem pública, mesmo sem previsão legal específica.
- C) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- D) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica, salvo quando a sua manifestação contrariar valores majoritários definidos por legislação local.

### Questão 22

Determinado município vem enfrentando dificuldades na execução direta de políticas públicas voltadas à coleta seletiva de resíduos sólidos. Diante disso, o prefeito cogita delegar essa atividade a uma entidade com maior autonomia técnica e administrativa, a fim de obter maior eficiência na gestão do serviço. Em reunião com o corpo técnico da secretaria de administração, foram discutidas as possibilidades para efetivar a ideia. Considerando as alternativas possíveis dentro da estrutura organizacional do Estado, assinale a afirmativa correta.

- A) Os termos descentralização e desconcentração têm o mesmo significado, mas são utilizados para esferas de governo diferentes.
- B) Descentralização é a transferência da competência administrativa e legislativa às chamadas empresas públicas de caráter privado.
- C) A descentralização só ocorre dentro da mesma pessoa jurídica, por meio da criação de pessoas jurídicas da administração indireta, como autarquias.
- D) A centralização administrativa ocorre quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio dos órgãos e agentes integrantes da denominada administração direta.



### Questão 23

“Determinado município, localizado em região de baixo índice de desenvolvimento humano, elaborou seu Plano Municipal de Desenvolvimento Social para o período de 2025 a 2028. Durante as audiências públicas, representantes da sociedade civil questionaram se o programa municipal de transferência de renda, voltado às famílias em situação de vulnerabilidade, teria respaldo constitucional, uma vez que se tratava de um programa contínuo e não emergencial. Em resposta, a Procuradoria-Geral do Município destacou que os direitos sociais constitucionalmente previstos incluem não apenas os tradicionalmente dispostos, como educação e saúde, mas também o direito a uma renda familiar. Citou, ainda, que a Constituição Federal, ao dispor sobre os direitos sociais, adota um rol \_\_\_\_\_; e entre os direitos expressamente previstos no art. 6º estão a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e a moradia. De acordo com o parágrafo único do mesmo artigo, é assegurado a todo brasileiro em situação de vulnerabilidade o direito a uma renda básica familiar, por meio de programa \_\_\_\_\_ de transferência de renda, conforme normas legais e respeitada a legislação fiscal e orçamentária.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) taxativo / provisório
- B) taxativo / permanente
- C) exemplificativo / provisório
- D) exemplificativo / permanente

### Questão 24

Carlos, servidor público do município de Uberlândia, foi designado para analisar um pedido de acesso a informações sobre contratos públicos municipais. Ao verificar que a divulgação dos dados poderia prejudicar seus interesses pessoais, bem como de um colega, Carlos, de forma intencional, forneceu as informações de forma incompleta, omitindo dados relevantes do contrato. Nesse sentido, conforme determinado na Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que a conduta de Carlos:

- A) Só será considerada infração se o órgão superior identificar formalmente que houve prejuízo financeiro para o poder público.
- B) Não caracteriza irregularidade, pois o servidor tem autonomia para selecionar quais informações considera relevantes para divulgação.
- C) Configura conduta ilícita, pois fornecer informação de forma intencionalmente incompleta caracteriza violação expressa à legislação de acesso à informação.
- D) É amplamente aceitável, desde que Carlos disponibilize as informações restantes após solicitação de esclarecimento pelo cidadão interessado que se sentir prejudicado.

### Questão 25

Flávia é servidora pública do município de Uberlândia e, no exercício de suas funções, foi designada para presidir a comissão de um processo administrativo disciplinar instaurado para apurar possível irregularidade cometida por outro servidor. Durante a análise inicial dos autos, Flávia constatou que o servidor investigado é seu tio, com quem mantém convivência familiar. Diante dessa situação hipotética e, ainda, com base na Lei Municipal nº 8.814/2004, Flávia deverá adotar a seguinte conduta:

- A) Continuar atuando no processo, pois o impedimento por parentesco só se configura para parentes em linha reta, como pais e filhos.
- B) Solicitar autorização à sua chefia imediata para continuar no processo, desde que firme um termo de compromisso declarando sua imparcialidade.
- C) Comunicar à chefia imediata o grau de parentesco, sem necessidade de afastamento, pois cabe exclusivamente à autoridade superior decidir sobre a conveniência da substituição.
- D) Declarar seu impedimento e comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de praticar qualquer ato no processo, por existir vínculo de parentesco em terceiro grau com o investigado.



## LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

### Questão 26

No ano de 2030, por meio de um decreto regulamentar, o Poder Executivo estabeleceu novas regras para a aprovação de projetos de construção, adicionando exigências que, na interpretação de alguns vereadores da Câmara Municipal, extrapolaram o poder regulamentar do Poder Executivo, criando obrigações não previstas em lei. Considerando que à época dos fatos o regramento estabelecido é o mesmo que atualmente prevê a Lei Orgânica do Município de Uberlândia, assinale, a seguir, a descrição da competência privativa da Câmara Municipal para atuar diante de um ato normativo do Poder Executivo que exceda o poder regulamentar.

- A) Solicitar intervenção federal no município para anular o ato normativo.
- B) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem ao poder regulamentar.
- C) Propor uma emenda à Lei Orgânica para revogar o decreto que excedeu o poder regulamentar.
- D) Não há competência da Câmara no presente caso, tendo em vista que a matéria pode ser inteiramente regulada por meio de decreto do Executivo.

### Questão 27

Um cidadão uberlandense, que nunca antes foi agente público, foi nomeado para o cargo de secretário municipal de obras, passando a ser considerado como autoridade da alta administração. Ciente de suas responsabilidades éticas, ele busca informações que deverão ser enviadas ao órgão competente, exigidas pelo Código de Ética do Servidor Público e da Alta Administração Municipal (Decreto nº 20.179/2023). A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

- A) Entre outras informações, deverá ser enviada a declaração de bens e rendas na forma estipulada pela legislação vigente.
- B) O secretário não precisará enviar informações sobre sua situação patrimonial, visto que tal exigência somente se aplica a servidores nomeados para cargos efetivos.
- C) As informações que o secretário deverá enviar não incluem trabalhos exercidos anteriormente que, real ou potencialmente, possam suscitar conflito com o interesse público.
- D) As informações pertinentes à situação patrimonial da autoridade pública, bem como as comunicações e consultas a respeito delas, possuem caráter público, não podendo ser objeto de sigilo em qualquer caso.

### Questão 28

O gestor de uma secretaria de Uberlândia foi solicitado a designar os agentes responsáveis pela fiscalização e gestão de um contrato específico recentemente firmado no âmbito do órgão. De acordo com o Decreto Municipal nº 20.154/2023, que aprova as normas de gestão e fiscalização de contratos no âmbito do Poder Executivo municipal, essa designação deverá ocorrer:

- A) Após a conclusão total da execução contratual.
- B) De forma prévia ao início da execução contratual.
- C) A qualquer tempo durante a vigência do contrato, se necessário.
- D) Até dois anos após terminado o prazo de vigência, para fins de avaliação do acordo.

### Questão 29

Conforme a Lei Orgânica Municipal de Uberlândia, analise as afirmativas a seguir.

- I. É defeso ao município de Uberlândia instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- II. As taxas instituídas pelo município não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- III. A fixação dos preços públicos devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais será feita por decreto, segundo critérios gerais estabelecidos em lei.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



### Questão 30

Luana é auditora fiscal tributária da Prefeitura de Uberlândia e, no desempenho de suas atribuições, teve acesso a informações fiscais sigilosas da empresa ABCXYZ, uma grande contribuinte da cidade. A auditora, então, revelou os dados a James, que é seu amigo e proprietário de uma empresa concorrente e que pretende se instalar no município em breve. A autoridade competente da Prefeitura, ao tomar conhecimento do fato, instaurou o processo competente para apuração de responsabilidade, que seguiu seu curso regular e definiu que a conduta de Luana se enquadrava, conforme tipificação legal, como “revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo”. Considerando unicamente os elementos narrados no caso hipotético, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 040/1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, assinale a afirmativa correta acerca da situação apresentada.

- A) No caso, a conduta é passível de aplicação de advertência e suspensão de trinta dias, de forma cumulativa.
- B) A conduta é punida com exoneração a bem do serviço público, mediante declaração do chefe da repartição onde Luana está lotada.
- C) A revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo enseja a penalidade de demissão, a ser aplicada pelo Prefeito Municipal.
- D) Trata-se de conduta punível com suspensão de até quinze dias, que terá seu registro cancelado após o decurso de três anos de efetivo exercício.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

### Questão 31

Dentre as inúmeras atribuições legais inerentes ao cargo de auditor fiscal tributário do município de Uberlândia, encontram-se responsabilidades em emitir informações, pareceres, proferir pronunciamentos, participar de perícias e assistência técnica tributária ou fiscal em processos administrativos ou judiciais. Nesse sentido, quanto ao acompanhamento com a finalidade de avaliar a conformidade das medidas normativas de criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, de criação, ou de expansão das renúncias de receitas tributárias, analise as afirmativas a seguir.

- I. É necessário regulamentar as providências administrativas e/ou judiciais nos casos de rejeição de veto, por parte do Poder Legislativo, a dispositivos legais que instituem renúncias de receitas sem a devida adequação orçamentária, financeira, constitucional e legal, considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os comandos contidos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e as deliberações dos Tribunais de Contas.
- II. É obrigatória a fiel observância aos requisitos constitucionais e legais para geração de despesas com pessoal de caráter obrigatório e continuado, especialmente a demonstração da existência de recursos suficientes para custeio da despesa ao longo do tempo, seja pelo aumento permanente de receita, seja pela redução permanente de outras despesas, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- III. A ausência de regulamentação quanto às providências administrativas e judiciais a serem tomadas em relação às Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado criadas e cuja norma de origem foi considerada ineficaz, é irrelevante e não dificulta aos órgãos tomarem medidas pertinentes para impossibilitar a realização dessa despesa, em especial quando não cumpridas as medidas compensatórias exigidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



### Questão 32

Em 15 de maio de 2025, a empresa “Alfa Tecnologia Ltda.”, renomada desenvolvedora de *softwares*, celebrou com a “Beta Investimentos S.A.” o contrato de aquisição de um imóvel para sediar seu novo centro de pesquisa e desenvolvimento. O contrato, lavrado por instrumento particular, continha uma cláusula expressa estipulando que a eficácia da compra e venda estaria condicionada à aprovação de um financiamento bancário junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) em até sessenta dias – prazo considerado essencial para a viabilidade do projeto. Ademais, o contrato previa uma multa de vinte por cento sobre o valor do imóvel para a parte que, por dolo ou culpa, desse causa à não concretização do negócio. No dia 10 de junho de 2025, sem qualquer justificativa plausível, a “Beta Investimentos S.A.” vendeu o mesmo imóvel para a “Gama Empreendimentos Imobiliários Ltda.” por um valor significativamente superior, alegando que o contrato com a “Alfa Tecnologia Ltda.” não havia produzido efeitos jurídicos por depender de condição suspensiva ainda não verificada. A “Alfa Tecnologia Ltda.”, ao tomar conhecimento do fato, ajuizou ação pleiteando perdas e danos e a reversão da venda. Considerando a situação hipotética apresentada, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) O contrato celebrado entre “Alfa Tecnologia Ltda.” e “Beta Investimentos S.A.” não gerou qualquer expectativa de direito para a “Alfa Tecnologia Ltda.”, caracterizando-se como um mero ato jurídico em sentido estrito, incapaz de vincular as partes antes do cumprimento da condição.
- B) A cláusula de condição suspensiva no contrato de compra e venda torna o negócio jurídico inexistente até o implemento da condição, sendo, portanto, irrelevante qualquer discussão sobre boa-fé ou eventual frustração de expectativa da “Alfa Tecnologia Ltda.” antes da aprovação do financiamento.
- C) A conduta da “Beta Investimentos S.A.” de alienar o imóvel a terceiro antes do implemento da condição suspensiva configura um ato ilícito, sujeitando-a à multa contratual e à responsabilidade por perdas e danos, ainda que a “Alfa Tecnologia Ltda.” não tivesse adquirido a propriedade plena do imóvel.
- D) A venda do imóvel da “Beta Investimentos S.A.” para a “Gama Empreendimentos Imobiliários Ltda.” é plenamente válida, uma vez que a condição suspensiva no contrato com a “Alfa Tecnologia Ltda.” impedia a aquisição do direito por esta última, legitimando a conduta da “Beta Investimentos S.A.” de dispor livremente do bem até a verificação da condição.

### Questão 33

Um candidato que se prepara para certo concurso público na área jurídica está revisando as recentes alterações promovidas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), especialmente após a promulgação da Lei nº 14.230/2021. Atento à importância do tema, ele também estuda as decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito da aplicação dessa legislação. Assim, durante seus estudos, deparou-se com três afirmativas relacionadas aos entendimentos do STJ; analise-as.

- I. A contratação de servidores públicos temporários sem concurso público, mas baseada em legislação local, por si só, não configura a improbidade administrativa prevista no art. 11, da Lei nº 8.429/1992, por estar ausente o elemento subjetivo (dolo) necessário para a configuração do ato de improbidade violador dos princípios da administração pública.
- II. Na multa civil prevista na Lei nº 8.429/1992, a correção monetária e os juros de mora devem incidir a partir da data do ato ímprobo.
- III. É possível a condenação com base em genérica violação a princípios administrativos, mesmo sem a tipificação das figuras previstas nos incisos do art. 11 da Lei nº 8.429/1992.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



### Questão 34

O anexo da Lei Complementar nº 336/2003, do município de Uberlândia, trata das hipóteses de incidência ISSQN. Tício, auditor fiscal tributário do município de Uberlândia, em fiscalização a uma farmácia de manipulação, observa a ocorrência de duas atividades; analise-as.

1. Preparo e fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses, em caráter pessoal, para consumo; e
2. Preparo e fornecimento de medicamentos por ela produzidos, dispostos em prateleira e ofertados ao público consumidor em geral.

**Nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores, sobre a incidência do ISSQN do município ou do ICMS sobre as atividades, assinale a afirmativa correta.**

- A) Haverá incidência do ISSQN sobre as operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses, em caráter pessoal, para consumo; e incidirá o ICMS sobre os medicamentos de prateleira por elas produzidos, ofertados ao público consumidor.
- B) Haverá incidência somente do ISSQN tanto sobre as operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses, em caráter pessoal, para consumo quanto sobre os medicamentos de prateleira por elas produzidos, ofertados ao público consumidor.
- C) Haverá incidência somente do ICMS tanto sobre as operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses, em caráter pessoal, para consumo quanto sobre os medicamentos de prateleira por elas produzidos, ofertados ao público consumidor.
- D) Haverá incidência do ICMS sobre as operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses, em caráter pessoal, para consumo; e incidirá o ISSQN sobre os medicamentos de prateleira por elas produzidos, ofertados ao público consumidor.

### Questão 35

O anexo da Lei Complementar nº 336/2003, do município de Uberlândia, trata das hipóteses de incidência ISSQN. João, auditor fiscal tributário do município de Uberlândia, ao fiscalizar empresa de beneficiamento de aço, observa que ela realiza, por encomenda, cortes e tratamentos térmicos sobre bobinas, fornecidas pelos clientes ao beneficiamento e por eles destinadas à industrialização ou comercialização. O serviço realizado pela empresa, portanto, não altera a destinação das bobinas dadas pelos clientes. Nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores, sobre a incidência do ISSQN do município, é correto afirmar que:

- A) Não haverá incidência do tributo na atividade, tendo-se em vista que o serviço não está previsto em nenhum dos itens do anexo da Lei Complementar nº 336/2003.
- B) Haverá incidência do ISSQN sobre a operação, cobrada a alíquota de dois por cento sobre o valor do serviço, nos termos do anexo da Lei Complementar Municipal nº 336/2003.
- C) Haverá incidência do ISSQN sobre a operação, cobrada a alíquota de três por cento sobre o valor do serviço, nos termos do anexo da Lei Complementar Municipal nº 336/2003.
- D) Não haverá incidência do tributo na atividade, tendo-se em vista que referida operação, apesar de prevista em item do anexo da Lei Complementar nº 336/2003, configura etapa intermediária do ciclo produtivo da mercadoria fornecida pelo cliente para beneficiamento.



### Questão 36

Certa empresa de grande porte deseja adquirir um terreno localizado em uma área próxima a determinado porto, extremamente estratégico para ela. Foram adotadas pela empresa as seguintes medidas, a fim de viabilizar o aporte de recursos financeiros necessários ao empreendimento:

- I. Efetivação da venda de parte de seu patrimônio imobiliário imobilizado;
- II. Contratação de empréstimo junto a uma instituição financeira; e
- III. Com os recursos obtidos com a venda do patrimônio imobiliário e do empréstimo, aquisição do referido terreno próximo ao porto.

Com base nas disposições das normas contábeis vigentes, assinale a alternativa que apresenta, de forma correta e na ordem disponibilizada, os impactos resultantes, exclusivamente, das devidas classificações contábeis das transações em questão no fluxo de caixa da empresa.

- A) Fluxo negativo em atividades de investimento; fluxo negativo em atividades de financiamento; fluxo positivo em atividades de investimento.
- B) Fluxo negativo em atividades de financiamento; fluxo positivo em atividades de investimento; fluxo negativo em atividades de investimento.
- C) Fluxo positivo em atividades de investimento; fluxo positivo em atividades de financiamento; fluxo negativo em atividades de investimento.
- D) Fluxo positivo em atividades de financiamento; fluxo positivo em atividades de financiamento; fluxo negativo em atividades de investimento.

### Questão 37

Determinado auditor fiscal tributário foi designado para examinar a regularidade dos recolhimentos tributários de uma empresa prestadora de serviços. Como procedimento inicial, ele analisou os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações do Resultado (DREs) dos últimos cinco anos da instituição e identificou uma redução significativa, ano a ano, nos valores dos tributos recolhidos. Em consequência, solicitou esclarecimentos ao responsável pelo setor contábil da empresa auditada, que atribuiu a queda nos montantes anuais de tributos pagos à redução da alíquota do ISSQN. Para validar essa informação, o auditor selecionou e examinou um lote de cem notas fiscais emitidas no período sob análise. À luz das normas de auditoria aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assinale a alternativa que apresenta, na ordem correta, os procedimentos de auditoria adotados pelo profissional.

- A) Procedimentos analíticos; Indagação; e Inspeção.
- B) Testes de controles; Confirmação externa; e Observação.
- C) Amostragem estatística; Revisão analítica; e Investigação documental.
- D) Análise de tendências; Consulta a especialistas; e Comparação com *Benchmarking*.

### Questão 38

O estado da Bahia editou, em 27 de dezembro de 2022, uma medida provisória que majorou a alíquota do ICMS incidente sobre operações internas. Sabe-se que a medida foi convertida em lei em 15 de março de 2023. A nova legislação manteve a determinação expressa de início da cobrança da alíquota majorada para o dia 5 de abril de 2023. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) É vedado aos governadores editar medidas provisórias em matéria tributária, por ser reservada à lei complementar.
- B) A cobrança é válida, pois a anterioridade anual não se aplica a alterações de alíquota de tributos já existentes, como o ICMS.
- C) O aumento poderia ser exigido ainda em 2023, desde que respeitado o prazo de noventa dias previsto na anterioridade nonagesimal, considerando que a medida provisória foi publicada no final de 2022.
- D) A cobrança é inconstitucional, pois a conversão da medida provisória em lei ocorreu em março de 2023 e, em respeito ao princípio da anterioridade anual, o aumento da alíquota só pode produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.



### Questão 39

Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, o município de Serra Azul encaminhou requerimento administrativo ao Ministério da Fazenda, com o objetivo de obter informações pormenorizadas sobre o repasse de valores a serem arrecadados com o novo Imposto Seletivo (IS), bem como com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). O município alegou falta de transparência sobre os valores efetivamente transferidos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e aos programas de desenvolvimento regional. Em resposta, o órgão federal declarou que o município não tem legitimidade para questionar a alocação de receitas dos mencionados tributos, sob a justificativa de que esses impostos são federais, e seus rendimentos pertencem exclusivamente à União, conforme a Emenda Constitucional nº 132/2023, aguardando regulamentação. Com base no texto constitucional, com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, analise as afirmativas a seguir.

- I. A União entregará cinquenta por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal (Imposto Seletivo), sendo um por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer.
- II. A União entregará cinquenta por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal (Imposto Seletivo), sendo vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.
- III. A União entregará cinquenta por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal (Imposto Seletivo), sendo vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

### Questão 40

Princípios são normas de hierarquia superior que se apresentam como vetores essenciais para delinear a estrutura e os propósitos do Estado. No âmbito do direito tributário, os princípios constitucionais funcionam como diretrizes interpretativas para toda a tributação, estando implícita ou explicitamente estabelecidos na Constituição. Os princípios constitucionais tributários, juntamente com as imunidades, atuam como limites constitucionais ao poder de tributar. Acerca dos princípios constitucionais tributários, analise as afirmativas a seguir.

- I. Conforme o artigo 150, III, “b”, da Constituição Federal, a anterioridade genérica (também conhecida como comum ou de exercício) proíbe as pessoas políticas de cobrarem tributos no mesmo exercício financeiro em que a lei que os instituiu ou aumentou foi publicada.
- II. O princípio da anterioridade se vincula à vigência da lei, enquanto o Princípio da Irretroatividade se atrela à eficácia da norma.
- III. Os impostos se baseiam na capacidade contributiva do sujeito passivo, com fatos geradores ligados às atividades da vida dos contribuintes. Já as taxas, pautadas pelo princípio da comutatividade ou retributividade, têm seu fato gerador atrelado a uma atividade estatal específica: o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviço público específico, divisível e disponível ao contribuinte.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.



**ATENÇÃO**



**NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.**  
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



